

**Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU**  
**Ata da 108ª (centésima oitava) Reunião Ordinária**  
**Dia 25 de outubro de 2002**

Às 9:00 (nove) horas do dia 25 de outubro de 2002 (dois mil e dois), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Tânia Bacelar, presidente do Conselho. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/ Assinatura da Ata da 106ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de agosto de 2002. 2) Plano Diretor (Termos de Referência) – DIRBAM/SEPLAM. 3) Apresentação sobre o projeto Transporte/ Empreendimento – Prof. Anísio Brasileiro, Departamento de Engenharia Civil – UFPE. 4) Discussão sobre a Política e Ações de Regularização Fundiária- DIRHAB/DIUR-SEPLAM. 5) Código Florestal (Informes). 6) Outros. Em seguida, deu posse aos conselheiros: Dr. Ronaldo Coelho Filho, como membro titular, representante do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, Dr. Carlos Maurício Fonseca Guerra, como membro suplente, representante do Centro Josué de Castro – CJC, Dr. Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho, como membro titular, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-PE e Dr. Fernando Jardim Ribeiro como membro suplente da OAB-PE. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Fernanda Carolina Vieira da Costa, Diretora Geral da Diretoria de Controle Urbano da Secretaria de Planejamento (titular), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município, Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dra. Djane Barros Mendonça Salsa, Professora do Departamento de Capacitação Profissional da SEC (suplente), Dr. Carlos Ernesto de Queiroz Matos, representante da URB/Recife (suplente), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dra. Maria de Fátima Furtado, Professora do Mestrado de Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho, representante da OAB (titular), Dr. Fernando Jardim Ribeiro Lins, representante da OAB (suplente), Dr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Marco Antônio Borsoi, representante do IAB (titular), Dr. Enio Laprovitera da Motta representante do IAB (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE, (titular), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC/ABONG (titular), Dr. Carlos Maurício Fonseca Guerra, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar, representante do SCJP-ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do Fórum do Prezeis (titular), Sr. Altamir Jorge do Espírito Santo, representante do MNLM-PE (titular). Continuando, Dra. Tânia solicita a Dra. Teresa Maciel, Diretora de Epidemiologia e Vigilância à Saúde – Secretaria de Saúde, para a apresentação do item 2 da pauta - Plano de Intensificação de Combate à Dengue. Segundo Dra. Teresa, o Plano tem como objetivo desenvolver um trabalho integrado entre a Prefeitura e a sociedade civil. “Devido à chegada do verão, época propícia para proliferação do vetor da doença, vimos a necessidade de intensificar o combate ao mosquito da dengue”. Alguns pontos importantes foram levantados pela especialista, como

fortalecer a notificação dos casos, divulgar informações de esclarecimento, implementar a vigilância virológica e epidemiológica, manter ações de controle biológico do vetor e a intensificação das ações em pontos estratégicos e serviços especiais. Outros pontos para diminuir a incidência do vetor no Recife são: aumento da atenção quanto ao saneamento ambiental, assistência aos pacientes e promoção da saúde através da Atenção Básica. De acordo com a Dra. Teresa, o ponto considerado mais importante é o de educação e mobilização social, buscando parcerias com entidades, escolas públicas e privadas, órgãos públicos, empresas de imprensa e comunicação, além da realização de treinamentos de combate à dengue. (Cópia da apresentação, em anexo). Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Antônio Carrilho – FIEPE. O conselheiro fala que está à disposição da Secretaria de Saúde como fez outras vezes. “Sugiro acrescentar o IAB. De cima dos prédios, observamos lâminas d’água, local de grandes focos. Gostaria de saber se o IAB, tinha alguma sugestão criativa, pois aquela água está naquele local para refrescar a casa, ou mesmo uma alternativa para que a casa não fique tão quente, evitando o acúmulo de água”. Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP. “Existe uma relação direta ou indireta entre a epidemia da dengue com a falta de saneamento básico. Essa epidemia alterou o orçamento da Secretaria de Saneamento ou mesmo contribuiu para a construção de um plano, no sentido de dotar a cidade de um volume maior de recursos para o saneamento? Outra preocupação é com as ocupações que existem em vários terrenos na cidade. Existe uma estratégia de ação voltada para essas áreas específicas”? Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Daniel – SAJ, que informa sobre o programa do Governo do Rio Grande do Sul que recicla pneus velhos, transformando-os em material muito resistente, substituindo mesmo o tradicional cimento na construção de casas populares, barateando muito o valor do imóvel. Em seguida, o conselheiro Aubiérgio – CEF, diz que, “se distribuirmos materiais informativos nas casas lotéricas, podemos obter bons resultados, coloco a CEF à disposição”. Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra a conselheira Fátima Furtado – MDU/UFPE. A conselheira pergunta sobre um determinado estudo ....., falando em seguida de uma experiência de vinte anos atrás num fórum metropolitano (infelizmente ficou inaudível). O conselheiro Márcio – STIUEPE(CUT) pergunta se existe algum telefone para receber denúncias, sugestões e etc. Dra. Teresa Maciel, fornece o número 08002811520 para denúncias e informações, comunicando que recebe uma média de 800 telefonemas por dia. Respondendo ao conselheiro Carlos Aguiar, Dra. Teresa fala que “a dengue não é uma doença específica da falta de saneamento básico, e sim de uma urbanização desorganizada, tanto que está presente, praticamente, em todos os centros urbanos”. A água, onde o vetor da dengue gosta de proliferar, é a água parada e com poucos resíduos definidos, não é totalmente limpa, mas também não é aquela água de esgoto. Evidentemente que a falta de saneamento tem implicações na questão da saúde. Nossos agentes, são distribuídos em toda a cidade, só que temos relativamente, mais agentes nas áreas consideradas críticas”. Concluindo, falou que gostaria de ter os nomes e telefones de todos os conselheiros para manter contatos. Dra. Tânia fala que passará os nomes dos conselheiros e agradece a apresentação. Prosseguindo, Dra. Tânia passa para o 3º item da pauta – Projeto Construa Certo, solicitando ao conselheiro Enio Laprovitera para fazer a apresentação. (Cópia da apresentação, em anexo). “A população carente já acostumada a construir suas casas por conta própria, passará a contar com apoio técnico gratuito de arquitetos. O projeto do IAB/CDU teve sua implantação aprovada por unanimidade, no Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. O IAB já conta com verba inicial de

R\$100,00 mil para investir na contratação de técnicos, disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através da linha de crédito Habitar Brasil. A idéia é profissionalizar um pouco a auto - construção, melhorando os padrões de conforto e segurança dos imóveis populares. O IAB está atualmente cadastrando arquitetos interessados na iniciativa, que devem ter entre 1 e 5 anos de formados. Além de idealizar os projetos, eles ficarão responsáveis por acompanhar todo o andamento das obras. A ponte entre eles e a população serão os escritórios regionais da Diretoria de Controle Urbano (DIRCON) e das estações dos morros. Segundo a Dra. Tânia, será possível colocar a proposta em prática dentro de um mês. Os arquitetos trabalharão na construção de habitações com até 70 metros quadrados, ou ampliações de imóveis existentes cujo o resultado final também sejam estas medidas. As famílias interessadas devem ter renda máxima de três salários mínimos. Será disponibilizado um catálogo com 24 projetos, contemplando situações diversas de terreno, iluminação e tamanho da família, mas os profissionais também podem trabalhar plantas personalizadas". Segundo o conselheiro Enio, o déficit habitacional do Recife chega a 80 mil famílias, sendo que outras 200 mil vivem em casas construídas sem nenhum embasamento técnico. "No total, isso representa 75% da população da capital. São cerca de 1,1 milhão de pessoas, uma estatística absurda que demonstra a necessidade de se modificar a política de habitações sociais". O projeto inicialmente não previa financiamento para compra do material de construção ou mão-de-obra. Mas o conselheiro Aubiérgio, gerente de Mercado da CEF, sinalizou com uma possibilidade de atrelar uma das linhas de crédito do Banco ao projeto. "Temos um financiamento R\$ 7 mil para compra de material de construção para habitações populares, e poderíamos atrelar a aprovação deste crédito a um carimbo do Construa Certo". Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar - SCJP, que pergunta se a população alvo do projeto irá contar com uma linha de financiamento. Outra coisa "é a medida, já que o projeto vai começar nas áreas ZEIS e essas intervenções guardam conexão com projetos urbanísticos. Como irão financiar ou mesmo dar assessoria para as construções das casas novas? Não sei se seria possível fazer disso um Programa, financiado pela Caixa gerando emprego e renda". Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra para a conselheira Fernanda Costa - DIRCON/SEPLAM. "É interessante o programa, temos que ver como iremos dar uma formalidade. É importante para quem vai trabalhar no Construa Certo, conhecer os planos urbanísticos para essas áreas, como também a questão dos parâmetros. Claro que não podemos trabalhar com a perspectiva dos parâmetros que temos na ZUP1. São os mesmo parâmetros que vão ser adotados para ZEIS. No Fórum do Prezeis, acontecerá um seminário no próximo dia 29, que consta na pauta a normatização e sub-classificação nas ZEIS. Os parâmetros são infinitamente mais flexíveis porque existe uma forma distinta de apropriação do solo, etc. , mas é necessário incorporar, alguns limites, até por uma questão de salubridade e de melhor convivência. Logo, quem for projetar terá que ter esses conhecimentos. As plantas têm um custo, mas iremos agregar isso ao social, uma linha de financiamento, caso contrário, ele fica com uma ótima planta, mas nenhuma perspectiva de implementação". Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra para o conselheiro Arménio Cavalcanti - ADEMI/PE, que parabeniza o IAB pela proposta junto à Prefeitura. " Era uma coisa que já vínhamos sentindo, a construção desenfreada de laje sobre laje nas ZEIS. A urbanização é fundamental porque as ZEIS continua sem acesso, não há largura nas ruas para se passar o caminhão do lixo, uma ambulância, etc. Outra questão é o esgoto, há o controle de esgoto sobre a área formal da cidade, por exemplo, quando você faz um prédio hoje é adotado o seguinte esquema:

quando a área é saneada, o saneamento que já está saturado, quando não, você tem um sistema de tratamento de esgoto, tem todo um cuidado. Nas ZEIS, o que ocorre hoje é o esgoto correr a céu aberto, o comércio local não consegue sobreviver por causa do mau cheiro. Ligado a isso, teria que ter um processo de saneamento básico mínimo, nem que fosse construção de sistema condominial, não oneroso “. Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Marco Borsoi – IAB. “Gostaria de recomendar alguns acréscimo ao planejamento territorial das ZEIS. No seminário no Rio de Janeiro sobre o “Favela Bairro”, eles faziam exatamente assim: no primeiro plano da favela, é definido o traçado urbano que contava com financiamento da Caixa Econômica Federal. Havia, portanto, possibilidade de financiar essa operação urbana. O profissional é pautado muito mais pela questão técnica do que pela estética. O que diferenciaria o profissional arquiteto é que ele entraria mais com a técnica, associando à questão da dengue. Construir já prevendo efeitos que possam prejudicar, como acúmulo de água em laje por exemplo, dar soluções tecnológicas. O IAB deve se reunir com o grupo de arquitetos e fazer um estudo, despertando essa problemática, refletindo que não é só fazer uma casa bonita e está resolvido o problema. Sabemos que não é só isso. Como também o IAB pode se responsabilizar um pouco pela monitoração do profissional, como ele deve encaminhar as suas preocupações”. Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra para a conselheiro Fátima Furtado – MDU/UFPE, que parabeniza o IAB pela iniciativa. “Têm muita qualidade o projeto. Gostaria de destacar o sentido pedagógico. Primeiro por trazer o arquiteto jovem para pensar a questão da habitação social. Mais de uma década e meia ficou muito distanciado, num rumo de complexidade e, quando o problema fica muito complexo, o ser humano tende a ignorá-lo. Segundo, o sentido pedagógico para a população, pois ele sente-se integrado no controle, com direito de ir à Regional. Em relação a Zeis, precisamos de juntar a questão da habitação com a questão urbanística, e apressar a discussão dos parâmetros urbanísticos. É, na medida em que levamos com clareza essa visão para a população, que vai sendo criado uma demanda e oferecido as condições de atendimento à essa demanda. Outra coisa, mais um segmento da sociedade que se junta para discutir a questão da habitação social. Todos os caminhos são importantes, mas não devemos esquecer que a questão da política habitacional no país precisa ser retomada com vigor. Essas iniciativas são fundamentais, mas não resolverão o problema sem uma política habitacional. Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Carlos Maurício – Centro Josué de Castro. Fala do prazer de hoje fazer parte do CDU, um fórum constituído por diversos segmentos da sociedade. E, se referindo ao projeto, comenta que é muito interessante, ao tentar combater à desigualdade construtiva e social da cidade. Em relação à oferta de material, deve-se pensar bem no que está sendo colocado à disposição, tanto no mercado, na venda do material como também o que pode ser feito para melhorar a qualidade desse material. Outra questão é sobre o planejamento: que projeto consiga ter um caráter integrado com a política habitacional, esteja ligada como um todo no desenvolvimento urbano. Em relação ao catálogo de plantas, é interessante reforçar que a população tenha um completo entendimento do processo e que não corramos o risco de construirmos habitações que rapidamente sejam transformadas, perdendo a intenção que se tinha no início” A seguir, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Aubiérgio Barros – CEF. “Quanto ao projeto de financiamento, vejo de imediato duas linhas que já estão operadas, uma delas podendo chegar ao financiamento com juros de três por cento (3%) ao ano. O recurso é expressivo, contemplado no orçamento. Existe outro recurso no\*PSH, que contempla famílias de baixa renda, que tem que ser trabalhado em termos de

**#PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social**

orçamento, para que seja ampliado. Acredito que dentro do projeto, podemos estruturar esses financiamentos enquanto ação integrada e, talvez, consigamos carimbar mais recursos". Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Ronaldo Coelho – CENDHEC. "Minha preocupação é em relação as ZEIS, falou-se na questão da propriedade e sabemos que a grande maioria das ZEIS não têm a regularização feita. O projeto vai começar a construir nessas áreas já regularizadas? Quanto à questão dos recursos, tem que ser um programa grande para viabilizar os planos urbanísticos. Executar esse projeto sem urbanização, significa que sua finalidade não será totalmente atendida. Outra preocupação é sobre a diferença entre a regularização de área pública e privada". Dando continuidade, Dra. Tânia passa a palavra para a conselheira Sílvia – FIDEM, que questiona o custo que é alto e parabeniza o IAB. "Devemos pensar conjuntamente nas questões de habitabilidade: saneamento básico, saúde, não só a habitação isolada". Em seguida, Dra. Tânia passa a palavra para o conselheiro Enio Laprovitera – IAB, que ressalta a importância das sugestões. Fala que "a assessoria também é política habitacional e isso é um paradigma do projeto. Começando a funcionar o projeto, no primeiro momento será uma experiência piloto, e irá construir uma plataforma onde outras ações podem caminhar. A assessoria com a visão global das ZEIS. É hora de incentivarmos outros parceiros como: O SINDISCON, CREA, Universidade e CEF. Vejo tudo a favor, agora precisamos formatar os detalhes operacionais, considerando, inclusive, que o arquiteto credenciado conhecerá os planos da Prefeitura para as ZEIS e discutiria sempre as normas e parâmetros". Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra para a conselheira Fátima Furtado- MDU/UFPE. "O projeto de fato levanta muitas questões. A questão da moradia envolve arquitetos e engenheiros mas, temos as ZEIS com problema legal, devemos contar com os colegas advogados participando efetivamente desse esforço". A seguir, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON. "Um dos grandes atributos desse projeto é permitir a definição mais precisa dos problemas existentes na questão da habitação popular. Temos duas cidades, uma cidade formal que conhecemos e outra que ainda não conhecemos. A virtude dessa ação, irá contribuir para a definição mais precisa, nos assegurando que as intervenções serão melhor conduzidas". Em seguida, Dra. Tânia fala sobre as sugestões colhidas. "A Caixa Econômica Federal se ofereceu como parceira e deverá fazer parte da nossa proposta. Já que se decidimos iniciar pelas ZEIS, deveremos começar pelas ZEIS que têm planos urbanísticos. Concluindo, põe em votação o "Construa Certo" que foi aprovado por unanimidade. Continuando, Dra. Tânia passa a palavra ao Dr. Tiago Gonçalves, Diretor do Departamento de Regularização Fundiária da URB/Recife, para dar início a discussão sobre a Política e Ações de Regularização Fundiária, 4º item da pauta. "O Departamento de Regularização Fundiária, tem como principal atribuição a responsabilidade pela legalização dos assentamentos habitacionais de baixa renda inseridos nas Zonas Especiais de Interesse Social, tendo por finalidade a outorga de títulos de posse aos ocupantes. Para realização dos seus trabalhos, conta o Departamento, com duas divisões técnicas. Uma é responsável pelo levantamento físico das áreas trabalhadas e outra é responsável pelo trabalho social visando a regularização fundiária. O Departamento possui três pilares na sua atuação. O jurídico coordena e define as estratégias e instrumentos para atuação na regularização fundiária. O social realiza o acompanhamento do processo de regularização fundiária junto à população, tornando-se um elo imprescindível entre o Departamento e seu público-alvo. Por último, a cartografia que define, através de seu

trabalho, a estrutura física dos assentamentos, identificando os imóveis que serão beneficiários da regularização fundiária. A interação constante entre esses pilares faz com que o Departamento desempenhe com qualidade, na medida do possível, a sua função. O corpo funcional do Departamento conta com advogados, geógrafos, sociólogos, técnicos em edificações, assistentes sociais, topógrafos, auxiliares administrativos, secretárias e estagiários. Os Instrumentos Jurídicos utilizados são: Concessão de Direito Real de Uso – CDRU de forma una e coletiva, condominial, com fração ideal equivalente a metragem do imóvel, em conformidade com o Decreto Federal nº 271/67, e o Usucapião Constitucional - Ação individual para cada imóvel ocupado, com fundamento na Constituição Federal. Ambos instrumentos necessitam de uma individualização do imóvel com metragens e confrontações, faz-se necessária a contratação de empresa para realizar levantamento topográfico. A Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade ) e Medida Provisória Nº 2.220/01 possibilitam o uso coletivo dos instrumentos utilizados atualmente. Tornam desnecessária a individualização detalhada (croqui) do imóvel. Permitem uma maior celeridade no trâmite processual. Concessão Uso Especial para Fins de Moradia e Usucapião Urbano Coletivo. Temos na Legislação Municipal referências às Zonas Especiais de Interesse Social: a Lei Orgânica do Município de 1990, que reconhece o Prezeis como um dos instrumentos legais de política urbana; a Lei Nº 15.547/91 – Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife (PDCR), que reafirma o Prezeis como instrumento de política urbana; a Lei Nº 15.790/93 que institui e regulamenta o Fundo Municipal do Prezeis; a Lei Nº 16.113/95 que dispõe sobre o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – Prezeis; a Lei Nº 16.176/96 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, que reafirma os princípios contidos na Lei nº 16.113/95; e o Decreto Municipal Nº 17.596/97, que regulamenta o funcionamento das Comissões de Urbanização e Legalização – COMUL'S. São diversas instâncias envolvidas no processo de regularização. O Poder Judiciário: Federal e Estadual, o GRPU - Gerência Regional de Patrimônio da União, o Cartório de Imóveis e as ONG's. Os custos para Regularização Fundiária são de, R\$ 72,00 (setenta e dois reais) por instrumento registrado no Cartório de Imóveis e R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare do levantamento topográfico para legalização. O Quadro de Áreas Trabalhadas, consta em anexo. São demandas em áreas que não são Zeis, o Projeto Habitar/BID (José de Holanda e Arlindo Gouveia) com relocação da população para um conjunto habitacional em construção na Torre, beneficiando-a com Regularização Fundiária através do contrato de CDRU; os antigos conjuntos habitacionais da Prefeitura (Projeto Recife), para os quais foi iniciada a pesquisa sobre a documentação (escrituras) dos terrenos, sendo primeira área alvo a Vila Santa Luzia". A seguir , Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Ronaldo – CENDHEC, que fala da existência de um convênio com à URB e o Fórum do Prezeis, em relação a regularização fundiária. "Em 1999 houve uma mesa redonda sobre os entraves da regularização fundiária, entraves no judiciário na esfera da sociedade civil e no executivo. Outro problema é o acúmulo de processos, como também a falta de conhecimento dos juizes sobre o problema social das áreas ZEIS, por mais que tentamos conversar o entendimento é complicado, devido ao formalismo característico dos juizes. Dentro da esfera do executivo, existe a falta de estrutura do Departamento no Tribunal de Justiça, falta de recursos, não se disponibiliza recursos para legalização sem que exista um plano urbanístico. Outro entrave é a operacionalização do CDRU, que ao meu ver deveria ser mudada a forma como é concedida. O contrato de CDRU dificulta a forma coletiva de se fazer a concessão. A experiência de Diadema mostra que a concessão é feita de maneira coletiva, sem que precise de autorização do morador. Como é uma

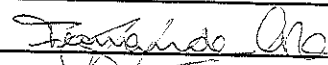
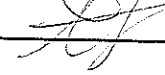
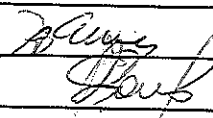

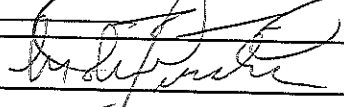
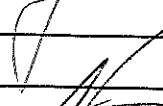
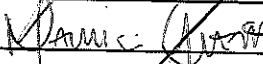
concessão, a Prefeitura faz todo o levantamento do loteamento, divide a ocupação ideal, dar a concessão coletiva e quem fica irritado com isso são os cartórios, porque barateia o custo. O problema maior enfrentado em Diadema foi a questão do Registro. O Cartório não queria registrar a área como um todo. Outra questão é a seção de acoplamento em algumas áreas da União que, devido à falta de articulação política entre o Município e o Ministério da Fazenda, torna-se muito morosa. É o caso de Jardim Uchoa que, desde 1997, o pedido foi feito pelo Município sem resposta até hoje. Hoje, se estuda possibilidade de não mais ser necessário este pedido, entrando direto com o pedido de Concessão Especial através do Estatuto da Cidade. Queríamos solicitar à OAB, que fosse parceira desta questão do judiciário". Dando continuidade, Dra. Tânia passa a palavra para o conselheiro Ricardo Correia de Carvalho – OAB. "Em relação à questão do Judiciário, a minha experiência é a seguinte: pouco ou quase nada vai adiantar se formos direto ao juiz. Então, acho que devemos ir juntos ao Presidente do Tribunal, para sensibilizá-lo mediante uma união de interesses, Prefeitura, OAB, CENDHEC e outros órgãos que queiram participar, para sentar e conversar juntos, com certeza ele tomará medidas efetivas". Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP. "A regularização fundiária inclui essa nova função, uma nova expectativa com o Estatuto da Cidade. O grande entrave hoje para se obter resultados com relação à regularização fundiária é a dificuldade do Poder Judiciário de dar uma resposta a curto prazo. Essa incapacidade do Judiciário, torna quase que uma ficção essa expectativa do Conselho em ter essa proposta legalizada através do usucapião. Lembro que, na Constituição do Estado, existe uma previsão normativa da possibilidade de instalação de varas agrárias e isso nunca foi instalado em Pernambuco. Concluindo, sobre à questão levantada pela OAB, da sociedade ir falar com o Presidente do Tribunal de Justiça, já foi feito pelo Prezeis, pela URB. Deve ser feito novamente, inclusive, no sentido de ver a possibilidade da criação de varas específicas De imediato, vejo necessidade da sociedade ir ao Tribunal de Justiça, ou, lutar para que as varas sejam instaladas, e que exista uma forma legal de estender a competência dessas varas". Continuando, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Daniel Gaio – SAJ. "No início desse ano, foram realizadas várias oficinas, com atualização desses problemas, identificadas as falhas de regularização de cada área. A regularização que vem sendo mais usada é a das áreas públicas, áreas que não dependem de intervenções junto ao Poder Judiciário. É uma sinalização importante, que há possibilidade de fazermos regularização de uma quantidade grande de áreas públicas através do contrato da CDRU. Identifico que, para que isso ocorra, é necessário um investimento, uma reestruturação do órgão de regularização, foi colocado aqui a ausência de uma maior estrutura tanto de pessoal como financeira para se fazer o levantamento do contrato. É claro que tem interface com um plano urbanístico. Não se faz regularização se não tiver uma configuração mínima de como vai ficar a urbanização na área. O Relatório, que foi elaborado no primeiro trimestre desse ano, sinaliza a possibilidade concreta de se fazer a regularização de muitas áreas. É claro que é preciso reforçar a situação junto aos Cartórios, à Prefeitura e, através da Secretaria de Assuntos Jurídicos, fazer esse contato com os Cartórios". Em seguida, o diretor do Departamento de Regularização Fundiária da URB – Recife, Dr. Tiago Gonçalves fala que em relação ao Jardim Uchoa, "o processo teve uma exigência do GRPU (Gerência Regional de Patrimônio da União). A planta do Plano Urbanístico e a planta que requereu a área de aforamento, não batiam uma com a outra. Então voltou para URB e está na Diretoria de Projetos Urbanos para se adequar e, em seguida, reapresentarmos ao GRPU". Prosseguindo, Dra. Tânia fala que como sugestão a

curto prazo, deveremos constituir uma Comissão sobre o assunto no CDU, a proposta inicial é que seja composta pelo: OAB, SCJP, Prezeis, CENDHEC e a Prefeitura, para que procuremos o Presidente do Poder Judiciário. Realizaremos uma reunião prévia para discutirmos como será esse pleito. E no dia que formos em Comissão ao Judiciário, o Prefeito seja o representante da Prefeitura. Com isso a Comissão, certamente, terá mais força. No que se refere as áreas públicas, estou recolhendo a sugestão que internamente faça-se uma análise da possibilidade desse mutirão para que possamos avançar nessa direção". Dando prosseguimento, Dra. Tânia solicita a Dra. Sandra Walmsley que dê início aos informes sobre a revisão do Plano Diretor. "A etapa inicial - Diagnóstico prospectivo - este diagnóstico é composto de 2 partes: uma mais sintética, que analisa a cidade de maneira geral, e outra analítica. A sintética corresponde à Dinâmica Recente do Recife e é composta basicamente de duas atividades, já referidas anteriormente: o Perfil da Cidade, que identificará os problemas urbanos e as oportunidades de desenvolvimento e Dinâmica Econômica, atividade que deverá ser contratada, cujos Termos de Referência já foram elaborados. A primeira atividade - Perfil da Cidade - considerará a inserção do Recife no contexto metropolitano, tratando dos aspectos sócio-econômicos - saúde, educação, cultura, lazer e esportes, mercado de trabalho etc. e, a estruturação espacial, serviços urbanos e, finalmente, a Gestão da Cidade. Conforme referido em outra reunião, este estudo está bastante avançado, devendo ser o segundo produto a ser discutido neste Conselho (o primeiro foi os Termos de Referência). A segunda atividade deverá ser contratada, devendo identificar as tendências locacionais das atividades e subsidiar a definição de diretrizes. Este estudo não foi aprofundado na etapa do perfil. A etapa mais analítica, corresponde ao estudo da Organização Espacial do Recife. Inicia-se pelo estudo da dinâmica espacial, que objetiva proceder uma análise da situação da organização do espaço, sua evolução nos últimos 10 anos, a fim identificar o padrão de ocupação da cidade do Recife, seus condicionantes e potencialidades, que possam dar elementos e argumentos que subsidiem as propostas para Plano Diretor. Na fase atual, que significa a preparação para a atividade, foi elaborada a base cartográfica com que se pretende trabalhar; em função da cartografia ser desatualizada, estamos utilizando as fotos aéreas, cedidas pela FIDEM. Realizou-se um trabalho, que demandou bastante tempo, foram selecionadas e impressas 573 fotos, que foram coladas, formando pranchas de 90 X 2.00 metros. Nessas pranchas, será feito o estudo da tipologia e morfologia, que dará como resultado uma compartimentação espacial da cidade, para o estabelecimento de propostas físico-territoriais. Além da montagem das fotos, que estão na escala 1: 6000, a equipe estabeleceu quais as variáveis a serem consideradas nesta análise; a próxima etapa será a realização da análise propriamente dita, que será feita em cima das fotos, gerando mapas temáticos, na escala 1: 25000. A análise sistêmica dos problemas está sendo concluída, sendo, juntamente com o Perfil Preliminar o principal produto do grupo técnico da Prefeitura, para a revisão do Plano Diretor. Foi definido que este grupo deve ser o mesmo que acompanhará os trabalhos da Agenda 21, para que os dois produtos não sigam caminhos diferentes. O perfil deverá ser levado ao GT para validação; Os TR apresentados no CDU estão sendo detalhados, de acordo com as exigências para o financiamento da CEF, em função deste financiamento o nosso cronograma deverá sofrer um atraso, assim os estudos constantes no diagnóstico deverão estar concluídos em fevereiro. O processo de discussão iniciado no CDU, deverá ser estendido, ainda este ano, para os outros Conselhos em funcionamento. A proposta é uma reunião geral com todos os Conselhos para apresentar a proposta de elaboração do Plano e o primeiro produto, no



caso o Perfil. A intenção é agregar os Conselhos, que são legitimamente responsáveis pela definição das políticas públicas setoriais. A partir dessa reunião deverá haver discussões específicas para cada Conselho, para definição das políticas". Em seguida, Dra. Tânia passa para o último item da pauta – Código Florestal (informes). O estudo jurídico sobre a aplicação da Lei, elaborado pela Procuradoria Municipal, ficará pronto na próxima semana e aponta para uma revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (16.176/96), no capítulo referente ao tema. "A Legislação Urbanística da Cidade considera o Código Florestal, mas é a Lei Municipal que vai definir os parâmetros de ocupação nas margens dos rios e canais. Devido ao atraso do estudo da Organização Espacial, o prefeito João Paulo irá prorrogar a data do decreto, que termina agora". Finalizando, Dra. Tânia agenda para o dia 22 de novembro do ano em curso, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 107ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2002. 2) Apresentação do projeto Transporte / Empreendimento – Prof. Anísio Brasileiro, Departamento de Engenharia Civil da UFPE. 3) Apresentação sobre a DIRCON/SEPLAM. 4) Plano Diretor – DIRBAM/SEPLAM. 5) Projeto Construa Certo – IAB/CDU. (Informes) 6) Código Florestal (Informes). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 25 de outubro de 2002.

Tânia Bacelar – SEPLAM (presidente )  
Fernanda Carolina V. da Costa - Sec. de Planejamento (titular)  
Tatiana Maia da Silva Mariz – Sec. de Assuntos Jurídicos(titular)  
Daniel Gaio - Sec. de Assuntos Jurídicos (suplente)  
Djane Barros Mendonça Salsa – Sec. de Educação (suplente)  
Carlos Ernesto de Queiroz Matos – URB/Recife (suplente)  
Aubiérgio Barros de Souza Filho – CEF (titular)  
Sílvia Maria Ramos de Oliveira –FIDEM (titular)  
Maria de Fátima Furtado -MDU-UFPE (titular)  
Antônio Benévolo Carrilho –FIEPE (suplente)  
Huseyin Miranda Sipahi – CORECON (titular)  
Ricardo do N. Correia de Carvalho –OAB (titular)  
Fernando Jardim Ribeiro Lins – OAB (suplente)  
Márcio de Souza Rocha –STIUEPE-CUT (suplente)  
Marco Antônio Borsoi –IAB (titular)  
Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente)  
Arménio Cavalcanti Ferreira - ADEMI/PE (titular)  
Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular)  
Carlos Maurício Fonseca – Josué de Castro (suplente)

Carlos Antônio Barroso Aguiar – SCJP-ABONG (titular)

Clóvis Mário de Lima –Fórum do Prezeis ( titular)

Altamir Jorge do Espírito Santo – MNLM-PE (titular)

---

---

*Altamir Jorge do Espírito Santo*